

PROJETO DE LEI Nº 1.454, DE 2023

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Institui o selo ARTE CAFÉ, a ser conferido ao produto obtido mediante o emprego de modo artesanal de produção e de processamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o selo ARTE CAFÉ, destinado a identificar o café produzido e processado de modo artesanal.

Art. 2º Fica instituído o selo ARTE CAFÉ, válido em todo o território nacional, a ser conferido ao café produzido e processado de modo artesanal por produtor rural.

§ 1º Desde que possuam serviços de inspeção ou participem de consórcio intermunicipal de serviços de inspeção, ficam os Municípios autorizados a definir, mediante regulamento, critérios, condições e forma do selo de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Em caso de ausência do regulamento na forma do § 1º deste artigo, observar-se-á, para fins desta Lei e se existente, a regulamentação disposta pelo respectivo Estado.

§ 3º O café de que trata o *caput* deste artigo é denominado artesanal para os fins desta Lei.

Art. 3º São objetivos do selo ARTE CAFÉ:

I – estimular a produção, o beneficiamento, o processamento e a oferta de cafés artesanais pelo produtor rural;



II – conferir identidade e valorizar a produção com características e métodos tradicionais ou regionais próprios;

III – agregar valor ao produto e aumentar a geração de renda na atividade; e

IV – promover o desenvolvimento do mercado de cafés artesanais.

Art. 4º As exigências e os procedimentos necessários para o registro do estabelecimento produtor e do produto contemplado com o selo ARTE CAFÉ, bem como o controle, a classificação e a fiscalização do produto, no que se refere aos aspectos higiênico-sanitários e de qualidade, serão simplificados, expeditos e compatíveis com as dimensões e as finalidades do empreendimento, conforme estabelecido em regulamento, na forma do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização dos estabelecimentos e dos produtos de que trata esta Lei deverão ter natureza prioritariamente orientadora.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em de dezembro de 2023.

Dep. **TIÃO MEDEIROS**
Presidente

